



## Renan Calheiros vence eleição e volta à Presidência do Senado

Com 56 votos obtidos contra 18 de Pedro Taques, dois brancos e dois nulos, o senador alagoano foi eleito na sexta-feira pelo Plenário para o biênio 2013–2014. Ele substitui José Sarney prometendo continuar a modernização da Casa e buscar o fortalecimento do Legislativo

**S**em surpresas, o senador Renan Calheiros confirmou seu favoritismo e foi eleito, na sexta-feira, novo presidente do Senado. Sua indicação pelo PMDB atendeu ao critério da proporcionalidade, que, tradicionalmente, garante a Presidência ao partido de maior bancada na Casa. No discurso de posse, Renan criticou o uso excessivo de medidas provisórias por parte do governo, o que, no seu

entender, atrofiou o Congresso. Disse que vai procurar o novo presidente da Câmara, que deve ser eleito hoje, para tratar da questão. Ele também prometeu dar continuidade aos processos de transparência e modernização iniciados na gestão de José Sarney. Após a eleição de Renan, foram escolhidos os novos integrantes da Mesa do Senado, que também integram a Comissão Diretora da Casa. **3 a 5**



Gerardo Magela/Agência Senado

Eleito com tranquilidade, Renan Calheiros recebe de José Sarney a Presidência do Senado

Gerardo Magela/Agência Senado



Jorge Viana, eleito primeiro-vice-presidente da Casa

Mônica Mariz/Agência Senado



O segundo-vice-presidente é o senador Romero Jucá

Waldemir Barreto/Agência Senado



Cabe a Flexa Ribeiro a Primeira-Secretaria do Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado



Ângela Portela, que ocupa o cargo de segunda-secretária

Waldemir Barreto/Agência Senado



Ciro Nogueira foi escolhido para a Terceira-Secretaria

Waldemir Barreto/Agência Senado



O quarto-secretário da Mesa é João Vicente Claudino

## José Sarney se despede com defesa do parlamentarismo 2

### Nova ferramenta on-line explica orçamento público de forma didática

O Senado lançou o Orçamento Fácil, uma ferramenta na internet que explica, com animações e jogos, o que é o orçamento. De forma didática, aprende-se a fiscalizar o uso do dinheiro público. **6**

### Ano legislativo será aberto às 16h no Plenário da Câmara

O Congresso abre hoje as atividades de 2013 com sessão solene em que será lida mensagem da presidente Dilma Rousseff. **2**

### Médicos de Estado podem melhorar atendimento na saúde pública

Projeto de Vital do Rêgo que cria carreiras de Estado tem o objetivo de beneficiar usuários do Serviço Único de Saúde e está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **7**

### Disputa pela Presidência da Câmara acontece hoje

Até sexta-feira, quatro deputados haviam lançado suas candidaturas. Também serão eleitos os seis demais membros da Mesa. **3**

### Projeto permite que cidades criem brigada voluntária de incêndio

Após tragédia em Santa Maria (RS), Comissão de Relações Exteriores pode analisar iniciativa que prevê formação de grupo de defesa civil que atuaria de forma complementar ao Corpo de Bombeiros. **8**



# Ao despedir-se da Presidência, Sarney defende o parlamentarismo

No último discurso como presidente da Casa, senador disse que este é o momento de o país se tornar parlamentarista, da mesma forma que “as mais importantes democracias” do mundo

O SENADOR JOSÉ Sarney despediu-se da Presidência do Senado, na sexta-feira, com a defesa do sistema de governo parlamentarista. Ele lembrou que a Constituição completa 25 anos e que o Brasil vive o mais longo período democrático da República, sem intervenções militares ou estados de exceção, e disse que é hora de mudar o regime político.

— Para alcançarmos a plenitude democrática, devemos marchar para o sistema de governo parlamentarista, que prevalece nas mais importantes democracias. São sonhos que continuam abertos ao debate nacional.

Para Sarney, o Parlamento sofre hoje, em todo o mundo, críticas da mídia e incompreensão da sociedade. Em sua opinião, isso acontece pelo descompasso entre o tempo legislativo e a velocidade da comunicação em tempo real, onde parece que as leis podem ser feitas sem o complexo processo de examinar suas repercussões e alternativas, formar consensos e maiorias.

Na avaliação de Sarney, a elaboração de leis pelo Legislativo contrasta hoje com o tempo do Executivo e do Judiciário, que podem decidir mediante atos solitários.

— Muitas vezes, no sistema presidencialista, dois Poderes entram em choque. Exemplo

disso é o que aconteceu com o chamado abismo fiscal, nos Estados Unidos. O risco de uma crise que abalaria o mundo ainda não foi de todo debelado, numa demonstração das limitações do presidencialismo e de que, mesmo nas democracias mais avançadas e no maior país do mundo, não se está imune às paixões e mazelas da política.

Afirmou que a democracia é o melhor dos regimes para quem crê na liberdade. Citou Churchill: “A democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as outras que foram tentadas”.

Sarney considerou sem solução o instituto das medidas provisórias (MPs). Disse que, há muito, vem propondo a devolução ao Executivo de atribuições administrativas, no entendimento de que as MPs devem restringir-se a situações de fato excepcionais.

## Orçamento Fácil

Sarney também citou o Orçamento Fácil, projeto desenvolvido pela Agência Senado, pelo **Jornal do Senado** e pela Consultoria de Orçamento, com o apoio da Rádio Senado e da TV Senado, com o objetivo de explicar de um jeito simples o orçamento público. Por meio de animações e jogos disponíveis no Portal do Senado ([www.senado.leg.br/orcamentofacil](http://www.senado.leg.br/orcamentofacil)),



Após discursar na sexta-feira, Sarney se despede da Presidência do Senado

os cidadãos podem entender como funciona o processo orçamentário e, assim, fiscalizar o que é feito com o dinheiro do contribuinte. Sarney ressaltou que entrega a Casa totalmente informatizada e agradeceu aos servidores da Casa.

— Citando a diretora-geral, Doris Peixoto, a secretária-

geral da Mesa, Claudia Lyra, e o secretário de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, estendo minha gratidão também a todo o corpo funcional do Senado Federal, que com seu esforço e sua alta qualificação tornou possível os avanços da Casa — afirmou.

## Congresso abre hoje trabalhos de 2013 com leitura da mensagem da presidente Dilma

O Congresso abre oficialmente hoje os trabalhos legislativos de 2013. A sessão solene terá início às 16h, no Plenário da Câmara dos Deputados. A condução dos trabalhos caberá ao presidente do Congresso — o novo presidente do Senado, Renan Calheiros, eleito na sexta-feira.

O primeiro ato da sessão será receber a mensagem enviada ao Legislativo pela presidente da República, Dilma Rousseff. A mensagem será lida pela própria presidente, se ela comparecer, ou pelo primeiro-secretário da Mesa do Congresso (que também é o primeiro-secretário da Mesa da Câmara), caso o documento seja entregue por um ministro.

Tradicionalmente, a mensagem é entregue pelo ministro-chefe da Casa Civil,

atualmente Gleisi Hoffmann, que cumpriu essa mesma missão em 2012. O texto trata das expectativas e dos planos do Executivo para 2013.

Depois da leitura da mensagem presidencial, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, fará sua apresentação. A sessão será encerrada com discurso do presidente do Congresso.

Em caso de chuva, a parte inicial da cerimônia, que seria realizada ao ar livre, será transferida para a Chapelaria do Congresso Nacional.

— Minha torcida é para que o tempo fique bom, porque essa é uma cerimônia muito bonita e que costuma ser acompanhada por muitos cidadãos — afirmou a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra.



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa (na foto com o vice-presidente da República, Michel Temer), disse na sexta-feira, ao abrir os trabalhos da Justiça em 2013, que fará um grande esforço para acelerar a tramitação de processos, sobretudo daqueles que afetam todos os tribunais.

— Eu gostaria que o ano de 2013 fosse lembrado como o ano em que, graças a mudanças tecnológicas, estruturais e de mentalidade, o sistema de prestação jurisdicional

brasileiro teria se tornado mais justo, mais racional e mais compreensível — afirmou. Barbosa explicou que, dos 65 mil processos em tramitação na Corte, 700 estão incluídos na pauta. São temas que afetarão mais de 500 mil processos parados nos demais tribunais. O presidente do STF também defendeu a valorização de magistrados e servidores da Justiça, observando que é preciso aprimoramento técnico e jurídico do Poder Judiciário e justa remuneração para os profissionais.

## Minuto de silêncio pelas vítimas da tragédia no Sul

Ao abrir a sessão para eleição de seu sucessor, José Sarney pediu um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da tragédia de Santa Maria (RS), onde mais de 230 jovens morreram na madrugada do dia 27, em decorrência de incêndio numa boate.

Em seguida, o ex-presidente do Senado anunciou a devolução simbólica do mandato do senador cassado Amaury de Oliveira e Silva, na sequência de homenagens anteriores destinadas a reparar atos de arbitrariedade do regime autoritário.

Amaury foi eleito senador pelo Paraná, em 1962, sendo nomeado no ano seguinte ministro do Trabalho e da Previdência Social pelo presidente João Goulart. Em 1964, foi cassado pelo regime militar e exilou-se durante oito anos no Uruguai. Voltou ao Brasil com a anistia de 1979 e aposentou-se como procurador do Tribunal de Contas do Paraná em 1983.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

## SEGUNDA CONGRESSO

16h O Congresso realiza sessão solene, no Plenário da Câmara, para cerimônia de abertura dos trabalhos legislativos de 2013. O primeiro ato da sessão é receber oficialmente a mensagem enviada pela presidente da República, Dilma Rousseff, sobre as expectativas e os planos do Executivo para este ano.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 16h, sessão solene para cerimônia de abertura dos trabalhos legislativos de 2013, no **Plenário da Câmara dos Deputados**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Renan toma posse e critica uso excessivo de MPs

Eleito presidente do Senado na sexta-feira, com 56 votos contra 18 de Pedro Taques, o peemedebista disse que as medidas provisórias se banalizaram e prometeu fortalecer o Congresso

NO PRIMEIRO DISCURSO como novo presidente do Senado, logo depois de eleito na sexta-feira, Renan Calheiros (PMDB-AL) ressaltou a importância do equilíbrio entre os Poderes e defendeu um Legislativo mais forte. O senador criticou o uso excessivo de medidas provisórias pelo Executivo e prometeu acabar com o acúmulo de vetos sem deliberação.

— As medidas provisórias só podem ser editadas em situação de urgência e relevância, dois conceitos banalizados nos últimos anos e que atrofiaram o Congresso — reclamou.

Renan disse que pretende se reunir com o próximo presidente da Câmara dos Deputados para tentar uma solução definitiva para o excesso de MPs enviadas ao Parlamento.

Ele também prometeu trabalhar para limpar a pauta de vetos presidenciais do Congresso. Há mais de 3 mil vetos aguardando deliberação pelos parlamentares.

— Não acredito na política do fim do mundo. Não é o fim do mundo o Congresso derrubar vetos, que não mais se acumularão como mercadorias. Vamos criar em breve um mecanismo para limpar a pauta — prometeu.

O senador disse que pretende priorizar uma administração baseada na transparência e comprometida com a liberdade de expressão. Ele informou também que vai dar continuidade ao processo de modernização da Casa, iniciado sob a gestão de José Sarney (PMDB-AP).

O aumento da eficiência e a redução da despesa pública, a extinção e a fusão de órgãos, a meritocracia, a motivação, a profissionalização e a qualificação também foram prometidos por Renan.

## Votação

Renan será o presidente do Senado no biênio 2013-2014. O parlamentar, que substituiu José Sarney, recebeu 56 votos. O outro candidato, Pedro

Taques (PDT-MT), teve 18. Houve dois votos em branco e dois nulos.

A reunião destinada à escolha do novo presidente começou às 10h20 e o processo de votação foi precedido de uma série de discursos. Dezoito senadores se revezaram na tribuna do Plenário na defesa de seus candidatos, que foram os últimos a usar a palavra. Os parlamentares do PMDB defenderam o direito do partido, dono da maior bancada na Casa, de indicar o presidente. Os opositores pregaram a necessidade de renovação e ética no comando da instituição.

Taques, que chegou ao pleito apoiado pelo PDT, PSDB, DEM, PSOL e PSB, admitiu ser um “anticandidato”, dada a pequena chance de vitória.

— Posso ser um perdedor. Mas, para mim, a lisura, a transparência, o comportamento austero são predicados inegociáveis ao presidente do Senado. Eu não temo o próprio passado e, portanto, eu não tenho medo do meu futuro — afirmou.

O senador também criticou a posição do Senado como “apêndice” e “puxadinho” do



Renan Calheiros é parabenizado pelos colegas após a contagem dos votos

Poder Executivo.

— Chega de Senado perdigueiro. Chega de Senado sabujo. Somos senadores da República, não “leva e traz” do Poder Executivo —

acrescentou o parlamentar.

Taques ainda citou o ex-senador Darcy Ribeiro:

— Os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem venceu.

## Novo presidente entrou na política aos 23, como deputado estadual

Aos 57 anos, José Renan Vasconcelos Calheiros presidirá o Senado pela segunda vez.

Ele começou na política ainda na faculdade de Direito, aos 23 anos, quando foi eleito deputado estadual (1978).

Nas eleições seguintes (1982), elegeu-se deputado federal por Alagoas. Ficou na Câmara até 1991. No Senado, entrou em 1994 e foi reeleito duas vezes (2002 e 2010).

Foi ministro da Justiça de

Fernando Henrique Cardoso entre 1998 e 1999.

Em 2007, Renan renunciou à Presidência do Senado, em meio a denúncias na imprensa de irregularidades, mas foi absolvido dos processos por

suposta quebra de decoro.

Desde 2011, Renan vinha ocupando a liderança do PMDB, a maior bancada no Senado.

No ano passado, foi relator de projetos importantes, como

o que redistribuiu o ICMS do comércio eletrônico e a medida provisória que reduziu as tarifas de energia elétrica.

Nascido em Murici (AL), Renan é casado com Verônica Calheiros e tem quatro filhos.



Em 1999, Renan atua como ministro da Justiça do governo Fernando Henrique



Deputado federal, Renan Calheiros discursa na tribuna da Câmara



Em 1996, também na Câmara, participa da Comissão Mista de Orçamento

## Quatro deputados já anunciaram candidatura à Presidência da Câmara

Na Câmara dos Deputados, a eleição acontece às 10h de hoje e até sexta-feira havia quatro candidatos: Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Rose de Freitas (PMDB-ES), Júlio Delgado (PSB-MG) e Chico Alencar (PSOL-RJ).

Além do presidente, serão eleitos o primeiro e o segundo-vice-presidente e os ocupantes das quatro secretarias,

além de quatro suplentes. Os partidos podem se unir em blocos para a eleição da Mesa, e a composição dos blocos pode mudar a decisão sobre a distribuição entre os partidos para os cargos.

As urnas são eletrônicas e ficarão no Plenário. Cada deputado vai à cabine, digita um código e confirma a identidade com impressão digital.

O quórum mínimo é de 257 deputados, e o novo presidente precisa receber a maioria dos votos, incluídos os em branco e excluídos os nulos. Logo após a posse, apuram-se os demais cargos.

A Mesa dirige os trabalhos legislativos e serviços administrativos. Os integrantes não podem ser líderes de bancada nem fazer parte de comissões.

Cabe ao presidente da Câmara substituir o presidente da República, na ausência do vice-presidente, e integrar os conselhos da República e de Defesa Nacional. O primeiro-vice-presidente da Câmara substitui o presidente em sua ausência e elabora pareceres sobre requerimentos de informações e projetos de resolução. O segundo-vice-

presidente é o corregedor e examina pedidos de ressarcimento de despesas médicas.

Os quatro secretários cuidam de aspectos da administração e da burocracia da Casa, como correspondência postal, controle de passagens aéreas, pedidos de licença, justificativa de falta, obras na Câmara e locação de imóveis para os parlamentares.



# Dúvidas sobre critério de proporcionalidade marcam eleição dos integrantes da Mesa

Eleito Renan Calheiros presidente da Casa, senadores escolheram vice-presidentes e secretários após um longo debate sobre o equilíbrio entre os partidos no Senado. Membros da Mesa também integram Comissão Diretora

APÓS IMPASSE SOBRE o critério de proporcionalidade partidária em relação à vaga da Terceira-Secretaria, os senadores elegeram na sexta-feira os seis integrantes da Mesa do Senado, além de quatro suplentes (veja quadro ao lado), para o biênio 2013-2014.

Os líderes partidários escolheram primeiro os dois vice-presidentes da Casa. Por 65 votos a favor e 3 contra, para a Primeira e a Segunda Vice-Presidências foram eleitos Jorge Viana (PT-AC) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Também foram eleitos, por 58 votos a favor, 6 contra e 2 abstenções, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ângela Portela (PT-RR) e João Vicente Claudino (PTB-PI), respectivamente para primeiro, segundo e quarto-secretário.

A polêmica girou em torno

da Terceira-Secretaria. No entendimento do líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), o nome para ocupar o cargo caberia ao seu partido, que acabou cedendo a vaga ao piauiense Ciro Nogueira, do PP. O critério da proporcionalidade também foi invocado por Alfredo Nascimento (PR-AM) para reivindicar a vaga para o seu partido.

Ainda houve discussão sobre qual regra de proporcionalidade, calculada em duas tabelas distintas, deveria ser observada. Convidado a arbitrar a questão, Renan Calheiros (PMDB-AL), eleito para a Presidência da Casa, lembrou que era necessário seguir o Regimento Interno do Senado.

— A proporcionalidade não é uma regra posta, é um critério decidido pelos líderes dos partidos. Não



Na reunião da sexta, Plenário elegeram Jorge Viana e Romero Jucá como primeiro e segundo vice-presidentes.

sou eu quem vai decidir isso — afirmou.

Sem acordo, houve votação em cédula. Ciro Nogueira assumiu a vaga de terceiro-secretário com 36

votos contra 30 de Magno Malta (PR-ES). Houve um voto em branco.

Em seguida, Malta foi eleito para suplente do primeiro-secretário. Jayme

Campos (DEM-MT), João Durval (PDT-BA) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) ocuparão as suplências de segundo, terceiro e quarto secretário, respectivamente.

Os integrantes da Comissão Diretora da Mesa cuida do processo legislativo, e a Comissão de Assuntos Administrativos cuida das questões administrativas.

## Renan promete criar Secretaria da Transparência e reduzir burocracia

Discursando no Plenário ainda como candidato à Presidência do Senado, na sexta-feira, Renan Calheiros anunciou a intenção de criar uma Secretaria da Transparência, para atender às demandas da sociedade. Ele disse que vai colocar na pauta da Casa uma série de medidas destinadas a remover do Brasil o “entulho burocrático”.

Renan apresentou aos senadores quatro eixos propositivos com a finalidade de fortalecer o Senado e o Congresso Nacional. Na área administrativa, que definiu como primeiro eixo, disse que pretende continuar e aprofundar reformas iniciadas por José Sarney (PMDB-AP) em busca da racionalidade e da modernização administrativa.

O segundo eixo de proposições é a instituição da Secretaria da Transparência, “sem custo para o Senado”, com o objetivo de cuidar das demandas da sociedade relativas à Lei de Acesso à Informação. Ele comparou a proposta à criação da TV Senado por Sarney.

### Prioridades

O terceiro eixo é o das prioridades legislativas, tendentes a reforçar o papel do Senado como Casa da Federação e a contribuir para a modernização e o aumento da competitividade do país. Renan disse que pretende regulamentar o papel do Senado na avaliação periódica do sistema tributário nacional — iniciativa que considerou

fundamental para avaliar a justiça fiscal e o impacto da política tributária na redução das desigualdades.

Ele defendeu ainda a criação de um banco de dados federativos, proposta já aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo Renan, esse instrumento permitirá uma votação mais qualificada de matérias como o novo rateio dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), além do novo arranjo para a dívida dos estados.

### Modernização

Renan quer também uma nova Lei das Finanças Públicas, porque considera a atual, de 1964, desatualizada, e um novo marco regulatório para a área de ciência, tecnologia e inovação, para melhorar a competitividade do país.

Ao afirmar que o Brasil “padece sob a cruz da burocracia excessiva”, ele defendeu um conjunto de iniciativas para mudar o quadro. O Código Comercial, exemplificou, é do tempo do Império e precisa ser modernizado. A Lei da Arbitragem, segundo ele, também precisa ser atualizada.

O quarto eixo anunciado por Renan Calheiros é o “compromisso permanente” do Parlamento com a democracia e com a liberdade de expressão. Segundo ele, o Congresso Nacional será uma barreira permanente contra qualquer iniciativa contrária a esse compromisso.

## Senadores defendem presidente de acusações

Antes da escolha do novo presidente, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), defendeu a candidatura de Renan Calheiros, afirmando que a própria Casa já o julgou e o inocentou das denúncias em 2007. Braga afirmou que não pode haver prejulgamento e defendeu o direito à ampla defesa.

— Aqui não se discute e não se trata de uma eleição em que há dois candidatos em condições diferentes, não. Engrandece essa disputa o senador Pedro Taques. Mas, Vossa Excelência, senador Renan, representa, neste momento, a vontade do PMDB — assinalou o parlamentar.

### Avanços sociais

Braga parabenizou José Sarney pelo mandato à frente do Senado:

— O Senado agradece a Vossa Excelência pela execução de um mandato em que, mais uma vez, o espírito democrático, a capacidade conciliadora, a capacidade de construir na divergência o consenso possibilitou o Senado neste último biênio alcançar grandes vitórias para a estabilidade econômica e para os avanços nas políticas sociais de nosso país.

Depois de criticar atos do Poder Judiciário e do Ministério Público que, a seu ver, afetam a

autonomia do Poder Legislativo, Fernando Collor (PTB-AL) afirmou, durante a reunião preparatória para eleição do novo presidente da Casa, que o processo de escolha representa um “momento de afirmação”.

O senador criticou especialmente a decisão do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que chefia o Ministério Público Federal, por apresentar, poucos dias antes, uma denúncia contra Renan Calheiros, que se elegeria presidente.

Collor considerou “estranho” que a denúncia de Gurgel tenha sido feita tão perto do momento da eleição na Casa.

Ainda de acordo com o senador, o procurador-geral da República não teria autoridade para a iniciativa, inclusive porque ele próprio é alvo de denúncia que tramita no Senado — que tem prerrogativa para aprovar e cassar cargos de diversas autoridades.

— Algo de estranho paira no ar e alguma orquestração está por detrás disso.

Segundo Fernando Collor, “o Senado não pode em nenhum momento se agachar e aceitar uma denúncia inepta, partindo de quem está partido”.

O parlamentar classificou Roberto Gurgel de “prevaricador e chantagista”.

Lobão Filho (PMDB-MA)

também questionou a Procuradoria-Geral da República ter apresentado o caso ao Supremo Tribunal Federal, poucos dias antes da eleição do novo presidente da Casa, em um processo de 2007.

— A história humana é feita por atos de coragem. Não devemos ter medo de enfrentarmos aqueles que nos desafiam de última hora de forma oportunista no nosso caminho. É de surpreender a nós senadores que a Casa não tenha eleito para a eleição da Presidência do Senado um procurador-geral que não tenha sido denunciado. Depois de ser denunciado, [ele] espera a semana d

### Proporcionalidade

A exemplo da maioria dos partidos peemedebistas, Lobão Filho lembrou o critério de proporcionalidade adotado pelo Senado para a escolha do presidente. De acordo com o parlamentar, trata-se de um direito de cada partido que conta com bancada na Casa. O senador destacou ainda a personalidade agregadora de Renan Calheiros nos dois últimos anos, em que ocupou a liderança do partido no Senado.

— Fui liderado pelo senador Renan Calheiros e preciso reconhecer nele um homem de honra e que pensa no bem coletivo do partido e não na sua individualidade.



Os eleitos para a direção

Além do presidente, a Mesa do Senado é composta por dois vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes. Todos foram eleitos sexta-feira

PRESIDENTE

**Renan Calheiros** (PMDB-AL)

O novo presidente do Senado cumpre o terceiro mandato na Casa, onde foi presidente de 2005 a 2007. Nascido em Alagoas em 1955, começou a atuação política no movimento estudantil, nos anos 1970. Elegeu-se deputado estadual em 1978, ainda estudante, e deputado federal em 1982. Em 1986 elegeu-se deputado constituinte e em 1990 foi líder do governo Collor na Câmara. Elegeu-se senador em 1998, mas licenciou-se para tomar posse como ministro da Justiça, cargo que ocupou até 1999. Em 2002, reelegeu-se senador, obtendo o terceiro mandato na Casa com a eleição de 2010.

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

**Jorge Viana** (PT-AC)

Jorge Ney Viana Macedo Neves nasceu em 1959 no Acre e formou-se em Engenharia Florestal. Prestou assessoria a trabalhadores rurais e seringueiros, aproximando-se do ambientalista Chico Mendes. Em 1992, foi eleito prefeito de Rio Branco pelo PT. Depois do mandato, atuou durante um ano no Ministério da Reforma Agrária. Elegeu-se governador do Acre em 1998 e reelegeu-se em 2002. Também atuou na iniciativa privada, sempre na área de gestão estratégica e meio ambiente. Em 2010, foi eleito senador.



SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

**Romero Jucá** (PMDB-RR)

O economista Romero Jucá Filho começou a vida política como diretor de Esportes da Prefeitura de Recife, cidade onde nasceu em 1954. Em 1988, depois de presidir a Fundação Projeto Rondon e a Funai, foi nomeado governador do território de Roraima. Elegeu-se senador em 1994, pelo PSDB, tornando-se líder do governo Fernando Henrique. Em 2003, filiou-se ao PMDB e começou o segundo mandato no Senado. Entre março e julho de 2005, foi ministro da Previdência Social. Em 2006, de volta ao Senado, foi líder do governo Lula, cargo que também ocupou na gestão de Dilma Rousseff.



PRIMEIRO-SECRETÁRIO

**Flexa Ribeiro** (PSDB-PA)

Fernando de Souza Flexa Ribeiro nasceu em Belém e formou-se em Engenharia Civil, ocupando cargos de direção na Federação das Indústrias do Pará e na Confederação Nacional da Indústria. Filiou-se ao PSDB em 1993. Suplente, assumiu madato de senador em 2005, tendo sido eleito para o cargo em 2010. De 2009 a 2011, presidiu no Senado a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e comandou a Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Hidrelétrica de Belo Monte.



SEGUNDA-SECRETÁRIA

**Ângela Portela** (PT-RR)

Ângela Maria Gomes Portela nasceu no Ceará em 1962 e mudou-se em 1985 para Roraima, onde até 1991 trabalhou como professora da rede pública. Ocupou cargos na Delegacia do MEC daquele estado e na Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social. Elegeu-se deputada federal em 2006 pelo PTC e senadora em 2010 pelo PT. No Senado, propôs a criação da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da qual é presidente, e integra a CPI Mista da Violência contra a Mulher.



TERCEIRO-SECRETÁRIO

**Ciro Nogueira** (PP-PI)

Ciro Nogueira Lima Filho nasceu no Piauí em 1968 e formou-se em Direito. Filho, sobrinho e neto de políticos, chegou ao Senado aos 42 anos e antes foi deputado federal por quatro mandatos (eleito em 1994, 1998, 2002 e 2006). No ano 2000, dividia o tempo entre a política e o River Atlético Clube, do qual foi presidente.



QUARTO-SECRETÁRIO

**João Vicente Claudino** (PTB-PI)

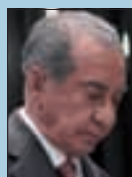
O empresário João Vicente de Macêdo Claudino nasceu em 1963 na Paraíba. Começou a trabalhar no conglomerado de empresas da família, o Grupo Claudino. Em 1995, tornou-se secretário da Indústria e Comércio do Piauí. Entre 1997 e 2004, ocupou cargos de direção em diversas entidades empresariais.



PRIMEIRO-SUPLENTE  
**Magno Malta**  
(PR-ES)



SEGUNDO-SUPLENTE  
**Jayme Campos**  
(DEM-MT)



TERCEIRO-SUPLENTE  
**João Durval**  
(PDT-BA)



QUARTO-SUPLENTE  
**Casildo Maldaner**  
(PMDB-SC)

“Sou combatente por mudanças”, diz Taques

Em seu pronunciamento antes da eleição, o candidato Pedro Taques (PDT-MT) reconheceu-se como “perdedor na disputa”, mas se disse “combatente por mudanças no Senado”.

O candidato, apoiado por PSOL, PSB, DEM, PSDB e senadores de outras legendas, pediu os votos dos colegas com um discurso crítico ao retorno de Renan Calheiros à Presidência do Senado.

— Existem voltas que criam receios, receios de continuísmo, de letargia, de erros resurgidos. Sou o anticandidato, aquele que perderá. Não sou especial, não tenho qualidades que cada cidadão brasileiro trabalhador e honesto não tenha também. Eu não temo o próprio passado e, portanto, eu não tenho medo do meu futuro.

Apoio

Taques recebeu apoio de colegas, que foram à tribuna defender sua candidatura.

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que a eleição do novo presidente é uma oportunidade para o Parlamento resgatar a credibilidade junto à população e se fortalecer na relação com os outros Poderes.

Continuar com o mais do mesmo ou arejar o debate político? A indagação foi feita



Pedro Taques, que recebeu apoio de partidos de oposição

por João Capiberibe (PSB-AP), que foi à tribuna se posicionar contra a candidatura de Renan Calheiros.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também defendeu Taques, afirmando que o povo pede transparência e ética:

— A prova disso é a aprovação da Lei da Ficha Limpa.

Lídice da Mata (PSB-BA) reconheceu a praxe de o partido com a maior bancada indicar o presidente do Senado, mas lamentou o que considerou “falta de diálogo” no encaminhamento da candidatura do PMDB. Ela disse que os socialistas não compartilham a ideia de uma eleição sem debate e sem propostas públicas sobre a condução do Senado.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que “o grande inimigo da República é o uso privado da coisa pública; é a apropriação da coisa pública

como se bem pessoal fosse”. Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Brasil esperava por uma renovação do Senado. Para Eduardo Suplicy (PT-SP), o novo presidente precisa ser alguém que atenda aos “anseios do povo brasileiro”.

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu a Renan que não concorresse. Ele evitou fazer críticas ao candidato, mas citou a denúncia do Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel.

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu “novos rumos” para o Senado, em busca do respeito da sociedade. Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), por ser majoritário no Senado e na Câmara, o PMDB tem o direito de indicar o presidente das Casas. No entanto, como ressaltou, isso não seria conveniente porque deverá provocar excessiva concentração de poder dentro do Congresso.

Vários discursos e um pedido de imparcialidade

Antes da eleição de Renan Calheiros para novo presidente do Senado, vários senadores se pronunciaram em Plenário. Francisco Dornelles (PP-RJ), por exemplo, lembrou os desafios que aguardam o Senado neste ano, como as votações das novas regras de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e da rolagem das dívidas dos estados e municípios, para pedir imparcialidade a Renan na condução da Casa.

— Não poderá ser a Mesa de um partido, nem do governo, nem da oposição, mas caracterizada pela imparcialidade — disse o senador.

De acordo com ele, o presidente deverá ter a consciência de que será o representante de todos os partidos, com capacidade para administrar os dissensos próprios dos parlamentos e resolver os conflitos federativos.

Eunício Oliveira (CE), novo líder do PMDB no Senado, avaliou que Renan Calheiros se consagrou líder da bancada peemedebista por sua experiência e capacidade, sendo o mais indicado a comandar o Senado.

Eunício agradeceu, em nome do PMDB, a contribuição de José Sarney na Presidência da Casa.

— Todas as vezes que Vossa Excelência ocupou a cadeira de presidente da República e a cadeira da Presidência do Senado sempre foi um pioneiro das ideias da modernidade, da transparência e da decência.

Ao declarar apoio a Renan, Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu o sistema proporcional tradicionalmente adotado na eleição do presidente do Senado.

— Nada mais justo que o maior partido do Brasil, que tem a maior representatividade no Senado, ocupe a Presidência do Senado porque essa foi a vontade da maioria dos brasileiros, que escolheu a maioria dos senadores sendo do PMDB — afirmou.

Souza lembrou que o senador alagoano iniciou vida pública há mais de 30 anos, tendo ocupado alguns dos cargos mais importantes da República, e tem o perfil para comandar o Senado.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) também defendeu o princípio da proporcionalidade representativa na Casa. Ele ressaltou que a gestão de José Sarney, representante do PMDB, trouxe modernidade, informação e transparência às atividades do Senado.

Na avaliação dele, a gestão de Sarney foi marcada pelo

incentivo à transparência e ao diálogo com a sociedade, possibilitando o acesso de milhões de cidadãos aos meios de comunicação da Casa.

Novo líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI) afirmou em pronunciamento, antes da eleição de Renan, que seu partido, com a segunda maior bancada na Casa, respeitaria o critério da proporcionalidade para escolha do presidente e dos demais membros da Mesa Diretora.

— Nossa bancada, por unanimidade, tomou a decisão de respeitar a proporcionalidade não só em relação ao PMDB, mas em relação aos demais partidos — assinalou.

De acordo com o parlamentar, o atual modelo de escolha da Mesa Diretora proporciona respeito à pluralidade partidária e à decisão dos eleitores nas urnas.

— A composição da Mesa se dá a partir da representação dos partidos, respeitando aquilo que o povo escolheu em cada um dos estados — disse Wellington.

Em nome da bancada petista, ele elogiou a forma serena e transparente com que o senador José Sarney conduziu o Senado nos últimos quatro anos.



Projeto inclui animações e jogos que mostram didaticamente o que é e como é feito o orçamento; assim, cidadãos de todas as idades aprendem a fiscalizar o dinheiro público

## Nova ferramenta do Senado explica orçamento

OS CIDADÃOS GANHARAM na sexta-feira mais uma ferramenta para conhecer e participar das decisões no Congresso Nacional. O Orçamento Fácil é um projeto do Senado que tem como objetivo explicar ao cidadão, por um meio de fácil compreensão, o que é o orçamento público.

A página do Orçamento Fácil, dentro do Portal do Senado ([www.senado.leg.br/orcamentofacil](http://www.senado.leg.br/orcamentofacil)), reúne animações e jogos que informam didaticamente sobre o orçamento, o funcionamento do processo

orçamentário e a contribuição do cidadão para fiscalizar o que é feito com o dinheiro do contribuinte.

O Orçamento Fácil foi desenvolvido pela Agência Senado, pelo **Jornal do Senado** e pela Consultoria de Orçamento, com apoio da Rádio Senado e da TV Senado, e está integrado ao Portal e-Cidadania, espaço virtual de participação política lançado em maio de 2012 pelo Senado.

O e-Cidadania foi criado para estimular a participação dos cidadãos no processo de

elaboração de leis e fiscalização da atuação parlamentar e do gasto público.

Os vídeos do Orçamento Fácil também podem ser encontrados no Google+ e no YouTube.



**RELATÓRIO** — Já está disponível na internet o *Relatório Administrativo 2011–2012*, um detalhamento da gestão da Casa nos últimos dois anos. O documento aponta, entre outros dados, economia de R\$ 35 milhões apenas com despesas de horas extras. Acesse a íntegra: <http://bit.ly/relatorio2011-2012>.

**ORÇAMENTO** — O relator do projeto de lei orçamentária da União para 2013, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou a votação do texto para amanhã, às 19h, em sessão do Congresso Nacional. Jucá disse que a votação da proposta é resultado de um acordo entre todos os partidos feito em dezembro de 2012.

## Governador do DF leva ao Congresso plano de estacionamento subterrâneo na Esplanada

O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, apresentou quinta-feira aos presidentes do Senado e da Câmara projeto de construção de um estacionamento subterrâneo de quatro andares na Esplanada dos Ministérios. O objetivo da obra é reduzir o problema de falta de vagas no centro da capital federal.

— A cidade não pode ser um estacionamento. A cidade tem que ter qualidade de vida — afirmou o governador.

Segundo Agnelo, o estacionamento na região central de Brasília terá 10 mil vagas distribuídas nos quatro pavimentos, num trecho entre a Rodoviária e o Congresso, interligando a maior parte dos ministérios, sem descaracterizar o projeto urbanístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Além do

estacionamento, o espaço subterrâneo reunirá bancos, restaurantes e pontos comerciais e de serviços que hoje funcionam no Congresso.

O governador prevê que o edital do estacionamento, que será construído em parceria público-privada, seja publicado em três meses, mas não apresentou detalhes sobre a data de início das obras ou sua duração exata:

— Acredito que uns dois ou três anos sejam suficientes para uma obra dessas — afirmou Agnelo.

Não foram definidos os preços para estacionamento. O governador reiterou que, após a construção, ficará proibido estacionar ao longo do meio-fio na Esplanada. O presidente da Câmara, Marco Maia, salientou a importância do projeto, lembrando que a região tem uma carência estimada de 7.500 vagas.



Agnelo (C) explica o projeto a Marco Maia (E) e Sarney: 10 mil vagas em quatro pavimentos



Sarney (2º à esq.) e Dilma participam de cerimônia em memória do Holocausto, na semana passada

## Sarney recebe agradecimentos da comunidade judaica pela defesa dos direitos humanos

No Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, 27 de janeiro, o presidente da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira, médico Claudio Luiz Lottenberg, foi ao Senado levar os agradecimentos da comunidade judaica brasileira ao então presidente da Casa, José Sarney.

Além de agradecer a Sarney pela “constante, firme, segura e clara postura” em defesa dos direitos humanos e pela causa dos judeus, Lottenberg afirmou que a presença do senador na cena política é sinônimo de garantias democráticas.

Lottenberg entregou a Sarney um mezuzá — pequenino rolo originalmente de pergaminho manuscrito,

que contém uma inscrição bíblica, é colocado num estojo e fixado no batedor direito das casas dos judeus. Ao agradecer pela homenagem, Sarney retribuiu o presente com uma salva de prata contendo o Brasão da República.

O médico representante da comunidade judaica compareceu ao Senado acompanhado de integrantes da organização gestora do Hospital Albert Einstein, de São Paulo, e de representantes da comunidade israelita brasileira. Após a visita, Sarney, Lottenberg e a comitiva participaram da celebração do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, realizada na sede do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Casildo Maldaner, João Durval, Jayme Campos

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burler  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Para melhorar SUS, projeto cria carreira de médico de Estado

Proposta, que está pronta para ser votada pela CCJ, prevê seleção por concurso público e que profissional resida na cidade onde trabalha

A CRIAÇÃO DE carreiras de Estado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pode ser um caminho para melhorar o atendimento à população nos serviços públicos de saúde. Quem aposta nessa possibilidade é Vital do Rêgo (PMDB-PB), que apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC 34/11) criando a carreira de médico de Estado. A matéria está pronta para ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os médicos de Estado serão selecionados por meio de concurso público e deverão exercer as atividades exclusivamente no SUS. A estabilidade será conquistada após três anos de efetivo exercício e as promoções na carreira obedecerão a critérios de antiguidade e merecimento.

O cargo exigirá que o profissional resida no município ou na região metropolitana da respectiva lotação. Quanto à remuneração, será feita por subsídio, fixado em lei e



Atendimento em hospital público de Salvador: pelo projeto, médico de Estado deverá trabalhar exclusivamente no SUS

escalonado, em nível federal, estadual e municipal, conforme as respectivas categorias da estrutura orgânica da medicina do Estado.

A diferença de remuneração entre cada uma dessas categorias não poderá ser superior a 10% ou inferior a 5%, proibindo-se que o subsídio mensal exceda a 95% da remuneração dos ministros

do Supremo Tribunal Federal.

Uma regra de transição foi incluída na PEC 34/11 para permitir aos atuais médicos servidores da União, dos estados e dos municípios ingressarem na nova carreira. Quem não fizer essa opção ficará lotado numa carreira em extinção no SUS.

A fiscalização da atuação desses profissionais será

realizada pelos conselhos de medicina, assegurando-se aos médicos de Estado estáveis critérios e garantias especiais para a perda do cargo. Quem tiver desempenho considerado insuficiente somente perderá o cargo após passar por um processo administrativo em que lhe seja assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## Vital: lei vai levar profissionais para o interior do país



Vital, autor da proposta: médicos estão concentrados em certas regiões

Vital do Rêgo acredita que a melhoria na remuneração vai ajudar a solucionar o principal problema do Sistema Único de Saúde apontado pela população em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Nesse levantamento, 58,1% dos entrevistados creditaram as mazelas do sistema à falta de médicos.

A medida pode estimular também, segundo o senador, a melhor distribuição desses profissionais pelo país. De acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), eles se concentram nas Regiões

Sul e Sudeste, no litoral e nas capitais.

— Na cidade de São Paulo, por exemplo, há um médico para 239 habitantes, média superior à de países europeus, enquanto em Roraima há um profissional para 10.306 habitantes, proporção que equivale a de Estados africanos com baixo índice de desenvolvimento humano — comentou Vital.

Os argumentos convenceram o relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a recomendar a aprovação da proposta.

— Já passa da hora de valorizarmos os médicos servidores

públicos. Médicos bem remunerados e integrantes de uma carreira sólida, naturalmente, sentem-se valorizados, comprometidos e motivados. Ainda que se beneficiem imediatamente esses profissionais, os verdadeiros favorecidos são os brasileiros que compõem a grande parcela da população que somente tem acesso a atendimento médico e ambulatorial quando prestado pelo Sistema Único de Saúde — declarou.

Se for aprovada pela CCJ, a matéria será submetida a dois turnos de votação no Plenário do Senado antes de ir para a Câmara dos Deputados.

## Hospedagem com menor pode exigir documento

Está pronto para votação na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o PLS 702/11, que cria orientações para que hotéis e hóspedes possam cumprir com tranquilidade as exigências para hospedagem de crianças e adolescentes.

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), menores só podem hospedar-se autorizados ou acompanhados de pais ou responsável. Como a lei não deixa clara a necessidade de documentos, é comum pais chegarem a hotéis com os filhos sem comprovação do vínculo.

O projeto, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), acrescenta ao artigo 82 do ECA dois novos parágrafos. O primeiro impõe aos estabelecimentos o dever de alertar os futuros hóspedes, no momento da reserva, sobre a obrigatoriedade de apresentar documentos. O segundo determina ao poder público que promova campanhas para divulgar os termos da lei, durante cinco anos, entre novembro e dezembro.

O texto recebeu parecer favorável do relator, Wellington Dias (PT-PI). Ele argumenta que a proposta oferece à rede hoteleira o amparo legal para

exigir comprovação do vínculo das famílias com as crianças.

O relator destacou ainda que a Política Nacional de Turismo (Lei 11.771/08) visa prevenir atividades turísticas relacionadas a abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, daí a importância para que se faça cumprir as exigências do ECA quanto a hospedagem de crianças e adolescentes.

Se for aprovada, a proposta segue para votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e vai para a Câmara se não houver recurso para análise em Plenário.



Projeto de Maria do Carmo altera o Estatuto da Criança e do Adolescente

## Proposta amplia acessibilidade a filmes em cinemas

Projeto na pauta da Comissão de Educação (CE) torna obrigatória a exibição de obras cinematográficas adaptadas, com audiodescrição e legendagem em português em filmes nacionais, beneficiando pessoas com deficiência visual ou auditiva. A proposta (PLS 122/11) está pronta para ser votada, com parecer favorável do relator, Anibal Diniz (PT-AC).

De autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto estabelece que os cinemas ofereçam, em pelo menos uma sala, recursos de legendagem em língua portuguesa, para obras nacionais, e audiodescrição, para todas as obras, nas cidades com população superior a 100 mil habitantes. No caso dos deficientes auditivos, o projeto propõe que a legendagem possa ser substituída pela língua brasileira de sinais (Libras).



Antonio Carlos Valadares é autor da proposta, que está na CE

## Taques quer garantir perícias em ações judiciais gratuitas

Para evitar atrasos em processos judiciais com assistência jurídica gratuita, Pedro Taques (PDT-MT) apresentou projeto para garantir que os honorários dos peritos sejam pagos. Pelo texto (PLS 477/12), o Tribunal de Justiça fica autorizado a exigir o pagamento à Fazenda Pública e até a sequestrar bens do governo para assegurar a eficácia da medida.

Taques observa que o sistema jurídico garante a qualquer pessoa carente o direito à assistência judiciária gratuita. O Estado deve arcar com os custos de perícias exigidas à parte assistida.

As perícias envolvem exames técnicos especializados realizados por médicos, contadores ou engenheiros. O problema, de acordo com o senador, é que os peritos convocados muitas vezes se negam a realizar o trabalho devido à dificuldade para receber pelos serviços.

O projeto está na CCJ, onde receberá decisão terminativa.



# Municípios poderão constituir brigadas voluntárias de incêndio

As atividades de defesa civil seriam complementares às do Corpo de Bombeiros, mas sem remuneração dos integrantes

NO MOMENTO EM que prefeituras de todo o país promovem a revisão das condições de segurança de locais de grande aglomeração de pessoas, como clubes noturnos, ganha importância o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 71/12, que aguarda a análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado. O texto propõe que municípios sejam autorizados a constituir brigadas voluntárias de incêndio. As brigadas voluntárias, de acordo

com a proposta, exercerão atividades de defesa civil complementares às do Corpo de Bombeiros Militar do respectivo estado. A proposta proíbe a remuneração dos seus integrantes com recursos públicos e faculta aos municípios firmar convênios com os estados e com a iniciativa privada, para garantir às brigadas os meios necessários ao seu funcionamento. As normas gerais de requisitos técnicos de recursos humanos, organização,

funcionamento e fiscalização das brigadas voluntárias de incêndio, ainda segundo o projeto, serão estabelecidas em lei estadual, enquanto a orientação técnica ficará a cargo do Corpo de Bombeiros.

Após ser analisado pela CRE, onde Inácio Arruda (PCdoB-CE) será o relator, o projeto seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), recebendo votação final caso não haja recurso para análise em Plenário.

## Proposta de emenda à Constituição cria a Polícia Hidroviária Federal

O sistema brasileiro de segurança pública poderá contar com mais um órgão: a Polícia Hidroviária Federal. É o que determina a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 52/12, de autoria do senador Vicentinho Alves (PR-TO).



José Cruz/Agência Senado

A proposta, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), altera o artigo 144 da Constituição para identificar a Polícia Hidroviária Federal como órgão do sistema de segurança pública.

Na justificativa da proposta, Vicentinho argumenta que o órgão ajudará no combate a crimes como contrabando, tráfico de pessoas e pirataria fluvial e marítima. De acordo com ele, é indispensável fazer um combate especializado com pessoas treinadas para operar equipamentos adequados aos diversos meios hídricos.

“Ainda se aliam às atividades de combate ao crime as de proteção a autoridades, agentes estatais em campanhas e bens do patrimônio, quer às margens, quer em deslocamentos pelos meios hídricos”, alegou Vicentinho na justificativa.



Devir/Dutra/A. Ruzio

Tragédia em boate de Santa Maria (RS) colocou prefeituras de todo o país em alerta sobre ações contra incêndios

## Projeto aumenta prazo para consumidor desistir de compra

O consumidor que se arrepender de compra feita fora do estabelecimento comercial terá um prazo maior para desistência do produto ou serviço. Projeto de Wilder Morais (DEM-GO) aumenta o prazo para 15 dias.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) prevê sete dias para que o consumidor possa desistir da compra realizada fora do estabelecimento, em especial por telefone ou em domicílio. O prazo começa a contar da assinatura ou do recebimento do produto ou serviço.

Para estender o período de desistência de contrato, o projeto PLS 458/12 altera o CDC. Na hipótese de o consumidor desistir da aquisição da mercadoria ou

do serviço contratado, prevê a legislação em vigor, os valores pagos deverão ser devolvidos imediatamente com atualização monetária.

Segundo o autor, a intenção é estimular o consumo consciente. A iniciativa, ressaltou Wilder Morais, também vai contribuir para evitar o superendividamento das pessoas. Tal prazo, na opinião do senador, é “necessário para verificar a necessidade de realização daquela compra, bem como a satisfação do cliente sobre aquele produto”.

A matéria está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e poderá receber emendas até hoje.



Pedro Franco/Agência Senado

Proposta de Wilder destina-se às compras fora das lojas, como as feitas por telefone

## Suplicy comemora liberação de passaporte para a cubana Yoani Sánchez

Depois de uma longa espera, a dissidente cubana Yoani Sánchez conseguiu passaporte para viajar ao exterior. A notícia foi transmitida ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pelo cineasta Claudio Galvão, informado pela própria ativista sobre a decisão das autoridades de seu país.

Suplicy enviou mensagem à presidente Dilma Rousseff e ao ministro Antonio Patriota tratando do fato. Para ele, o gesto das autoridades constitui um “ótimo sinal” dado pelo governo cubano para que o governo Barack Obama avance no sentido de encerrar o embargo a Cuba.

Yoani Sánchez agora poderá viajar para o exterior, inclusive para o Brasil, como já vinha tentando. Em todas as vezes, o governo de Cuba lhe negava passaporte. Isso chegou a acontecer mesmo depois da recente lei migratória adotada pelo país, com maior flexibilidade para que cidadãos cubanos viajem ao exterior.

## Texto favorece uso de moedas locais no comércio do Mercosul

A intenção do governo brasileiro de estimular o comércio em moedas locais entre os países do Mercosul poderá ser fortalecida por meio da aprovação do

PLC 117/12, que está em tramitação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O projeto, do Poder Executivo, autoriza o Banco Central brasileiro a abrir crédito ao Banco Central do Uruguai sob a forma de “margem de contingência reciprocamente concedida” no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

O crédito a ser concedido ao Banco Central do Uruguai será de até US\$ 40 milhões. O projeto modifica a Lei 11.803/08, que já estabelece crédito semelhante ao Banco Central da Argentina, no valor de até US\$ 120 milhões. O funcionamento da margem de contingência, estipula ainda a proposta, “obedecerá à disciplina contida em convênios bilaterais”.

Após ser aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto chegou ao

Senado em dezembro. Será examinado inicialmente pela CRE, onde tem como relator Francisco Dornelles (PP-RJ), e depois pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo Plenário.

Segundo a exposição de motivos elaborada pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, o projeto é um passo a mais em direção à implantação, no bloco, do Sistema de Pagamentos em Moeda Local.

No caso do comércio com a Argentina, de acordo com a exposição de motivos, houve um aumento do nível de participação de pequenos e médios exportadores e importadores de ambos os países após a adoção do mecanismo. Ao possibilitar o comércio bilateral em moedas dos dois países, prossegue o texto, houve uma redução dos custos das transações comerciais entre os dois maiores países do Mercosul.



Geraldo Magela/Agência Senado

Projeto que será analisado inicialmente na CRE tem Francisco Dornelles como relator



Geraldo Magela/Agência Senado

Wikipédia

Senador comemora decisão sobre Yoani